

Auditoria
Cidadã da Dívida



O ESTADO BRASILEIRO NO ATUAL ESTÁGIO DE ACUMULAÇÃO DO CAPITAL

Seminário Nacional da CNESF

Brasília, 10 de dezembro de 2010

CONJUNTURA ATUAL – MUNDO

CRISE DO CAPITALISMO DESDE 2008

- Crise gerada pelo Sistema Financeiro
- Emissão descontrolada de derivativos sem lastro
- Choque para conter quebra de bancos: Mega ajuda financeira aos bancos por meio de forte endividamento estatal; complacência com os responsáveis
- Exigência de recursos para cumprir o serviço da dívida
- Medidas de austeridade fiscal: corte de gastos e investimentos públicos e aumento de tributos indiretos

CONJUNTURA ATUAL – MUNDO

POVO EUROPEU X FMI E BANCOS



França



Irlanda



Grécia



Portugal



Inglaterra



Espanha

CONJUNTURA ATUAL

BRASIL

**O Estado brasileiro no atual estágio de
acumulação do capital**

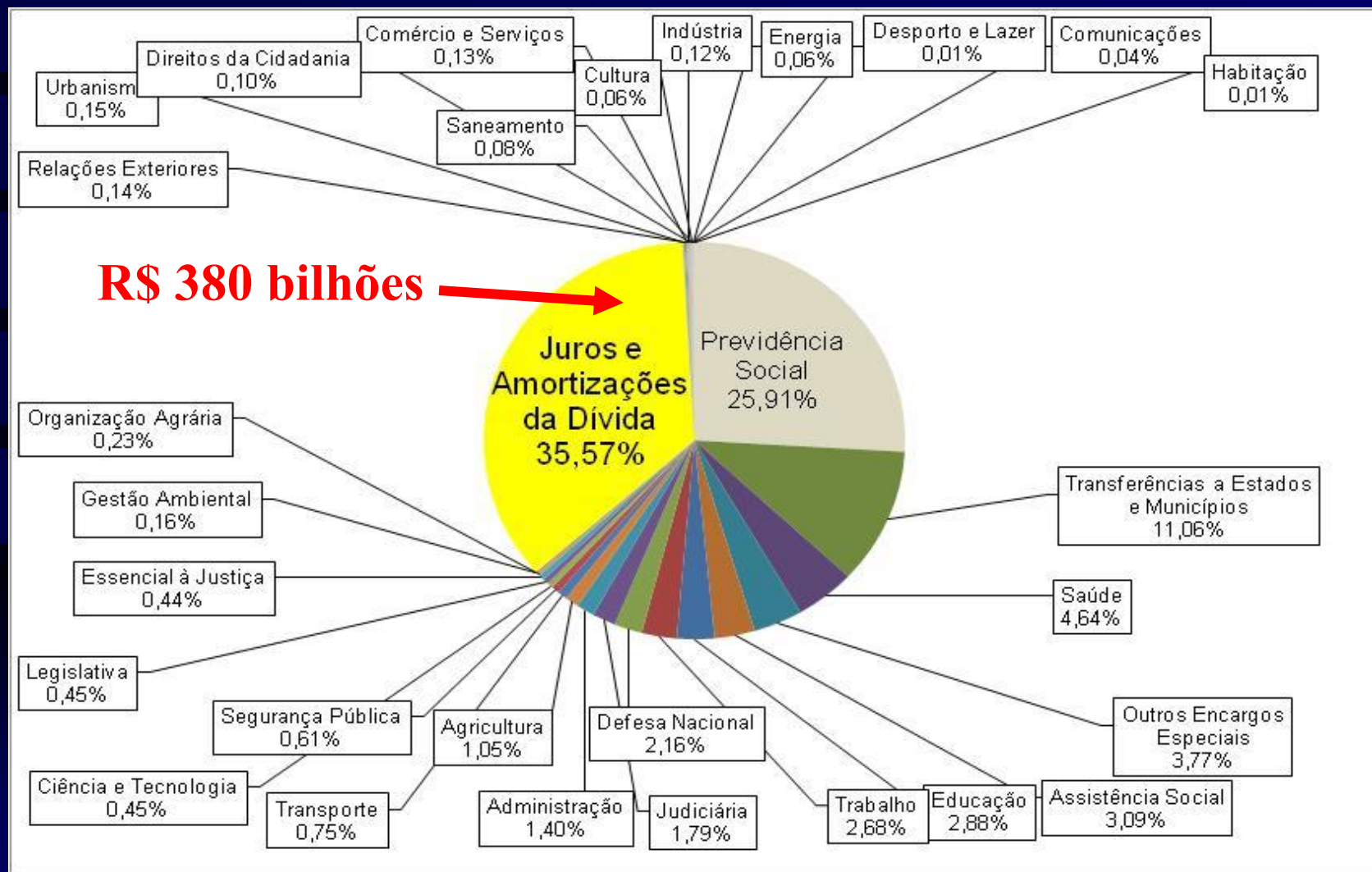
- 8ª. Economia Mundial**
- 10ª. Pior distribuição de renda do mundo**
- 73º. no ranking de respeito aos Direitos Humanos
(IDH – Índice de Desenvolvimento Humano – 2010)**

O Estado brasileiro no atual estágio de acumulação do capital

- **8ª. Economia Mundial = Para quem foi orientado o crescimento dos últimos anos?**
- **10ª. Pior distribuição de renda do mundo = Decorrente principalmente das distorções do modelo tributário e da subtração dos recursos para pagar juros da dívida**
- **73º. no ranking de respeito aos Direitos Humanos=subtração de recursos das áreas sociais**

A dívida consome a maior parte do orçamento

Orçamento Geral da União – 2009 – Por função – R\$ 1,068 trilhão



Fonte: SIAFI. Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida. Não inclui o “refinanciamento”.

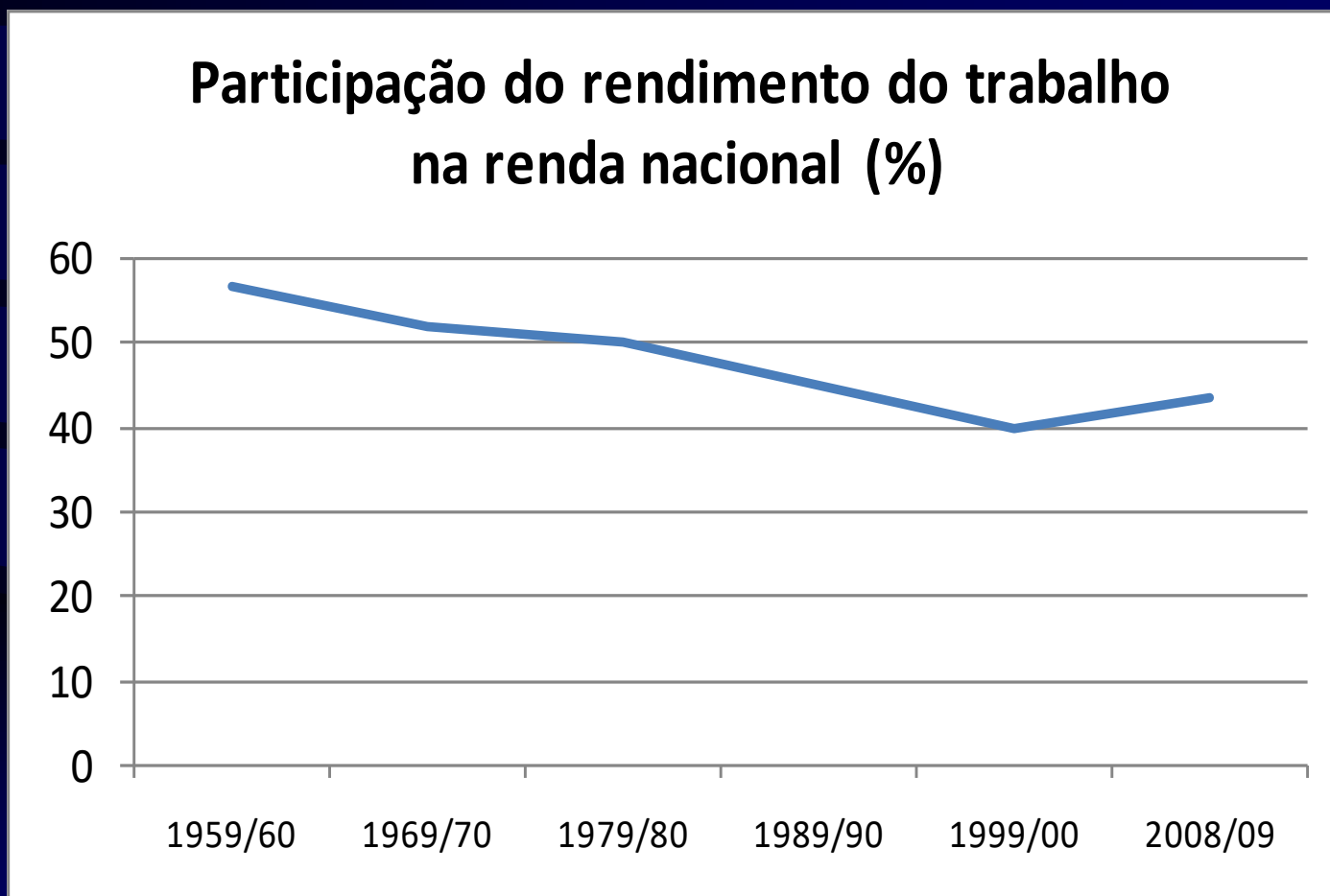
O Estado brasileiro no atual estágio de acumulação do capital

- **Privilégios tributários para o Capital e Lucro**
 - **Isenções e Liberdade de movimentação**
- **Ausência de atualização da tabela do imposto de renda**
- **Agravamento dos tributos indiretos**
- **AMEAÇA CONTIDA NA ATUAL REFORMA TRIBUTÁRIA (PEC-233): FIM DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS, com riscos ao financiamento da Previdência**

O Estado brasileiro no atual estágio de acumulação do capital

- **Governo brasileiro também associado aos rentistas e à grande burguesia**
- **Maiores setores doadores da campanha de Dilma: Financeiro/Bancos, Construção Civil, Agronegócio, Mineração/Metalurgia/Energia**
- **Emissão de R\$ 180 bilhões em títulos da dívida interna para os financiamentos do BNDES em 2009 e 2010**
- **Enorme subsídio público para os empresários, com pequenas sobras para os trabalhadores e migalhas para os pobres**

A participação dos salários na renda nacional ainda está menor que em 1990

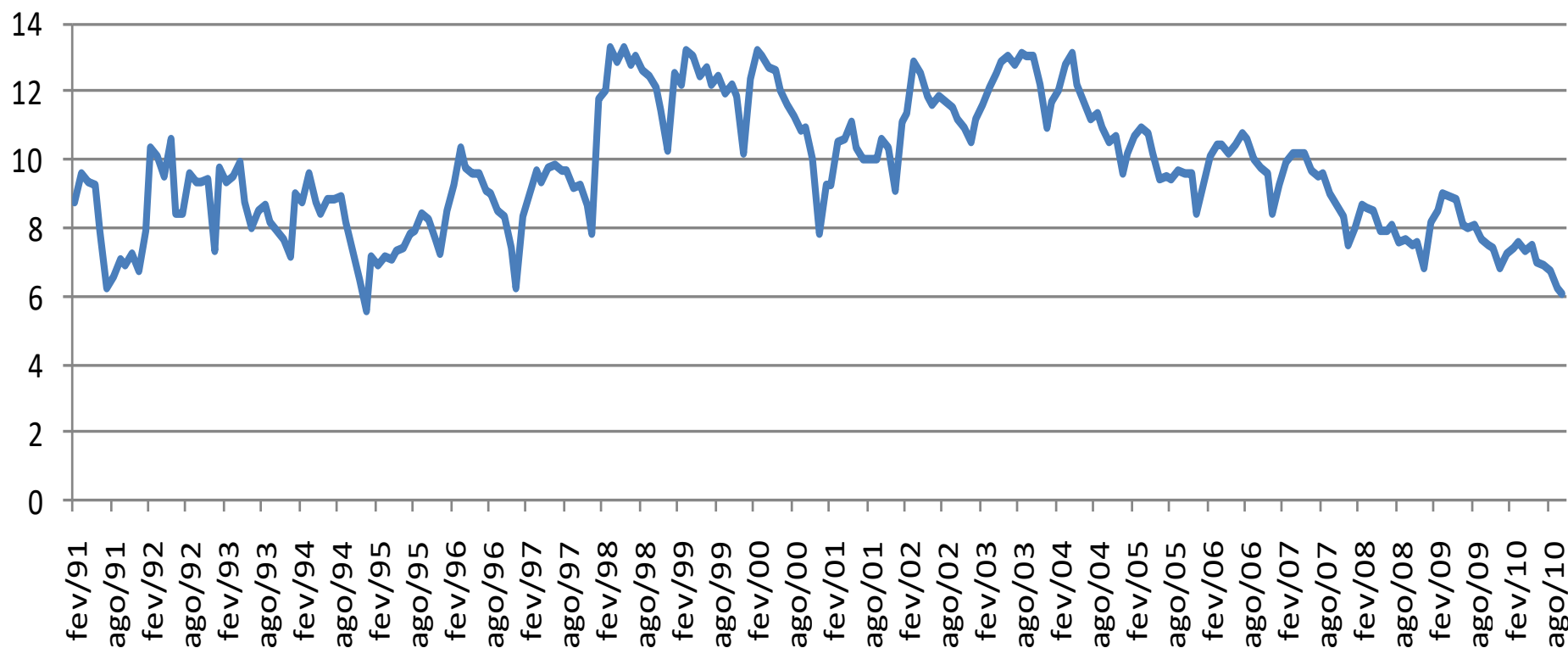


Fonte: IBGE – Contas Nacionais (elaboração Ipea) -

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/100505_comunicaiepa_47_distribuicaoreda.pdf

A taxa de desemprego ainda está maior que no início do Governo FHC

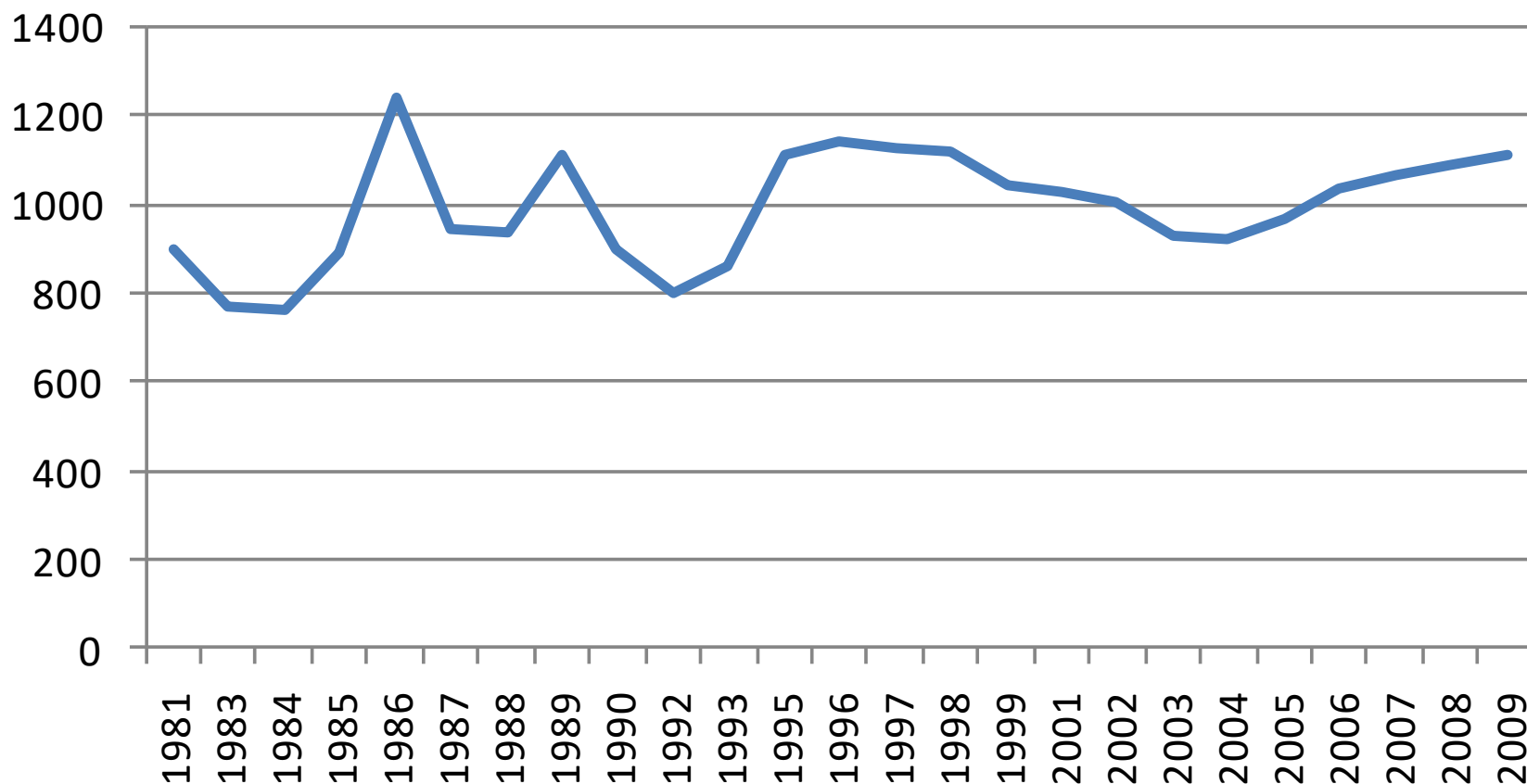
Taxa de desemprego (%)



Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal de Emprego. Obs: Os dados de 1991 a fev/2002 foram multiplicados por 1,62, de modo a torná-los comparáveis com os dados da nova metodologia.

A renda média do trabalho ainda está menor que em 1996

Renda média real mensal do trabalho (R\$)



Fonte: PNAD/IBGE 2009, Síntese de Indicadores, pág 271.

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/pnad_sintese_2009.pdf

A estratégia de manutenção do Poder e da acumulação capitalista

**Garantia de lucros para o setor financeiro e
demais empresas**

**Geração de pequenos ganhos para os
trabalhadores (ex: Bolsa Família), que geram
uma sensação de melhoria relativa, mas que
não revertem as perdas ocorridas com o
neoliberalismo**

“Novo Consenso de Washington”

Neste contexto, onde estão os servidores públicos?

PRIORIDADES DO NOVO GOVERNO

Manutenção do superávit primário, “metas de inflação” e livre fluxo de capitais” - GARANTIA AOS RENTISTAS

“Crescimento econômico”: manutenção de obras do PAC e financiamentos do BNDES, às custas de mais dívida interna - GARANTIA DE LUCROS PARA O SETOR EMPRESARIAL E DE PEQUENAS SOBRAS PARA A MASSA DE TRABALHADORES PARA GARANTIR ISSO SEM PREJUDICAR OS RENTISTAS...

Ajuste fiscal para áreas sociais e servidores públicos (gastos de custeio, saúde, educação, etc), com exceção do BOLSA FAMÍLIA.

O AJUSTE FISCAL ANUNCIADO PELO GOVERNO DILMA

“Pretendemos fazer um ajuste dos gastos de custeio existentes e dos novos” (Guido Mantega - O Globo, 6/12/2010)

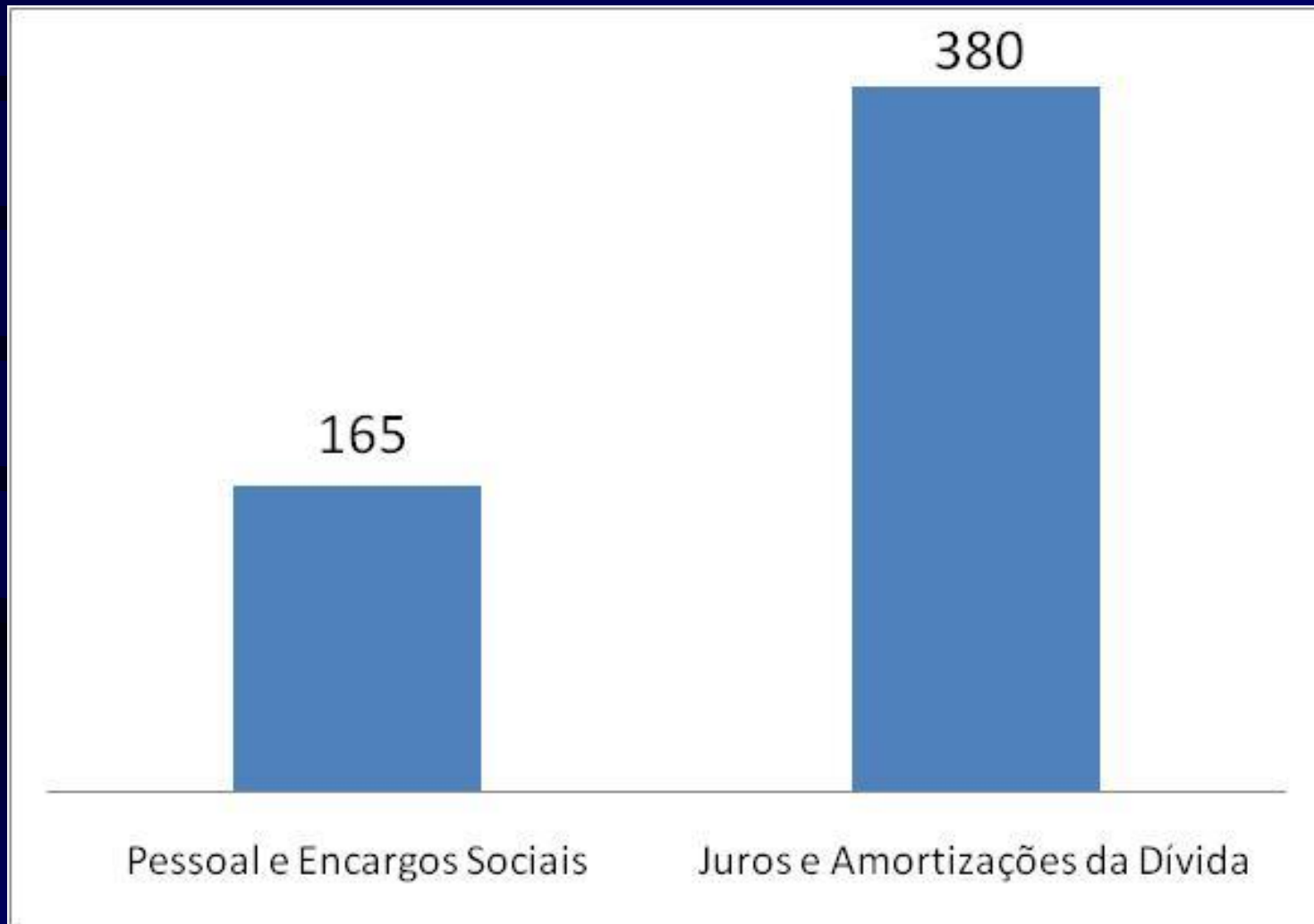
“Do ponto de vista estrutural, a redução de gasto do governo (...) não será pequena, vai ser uma redução substancial”, disse. ‘A orientação (da presidente eleita) foi ‘mão pesada’ (...) não é oportuno darmos aumentos’ para o funcionalismo público em 2011” (Guido Mantega)

“É possível fazer mais com menos” (Miriam Belchior)

(Portal G1, 24/11/2010)

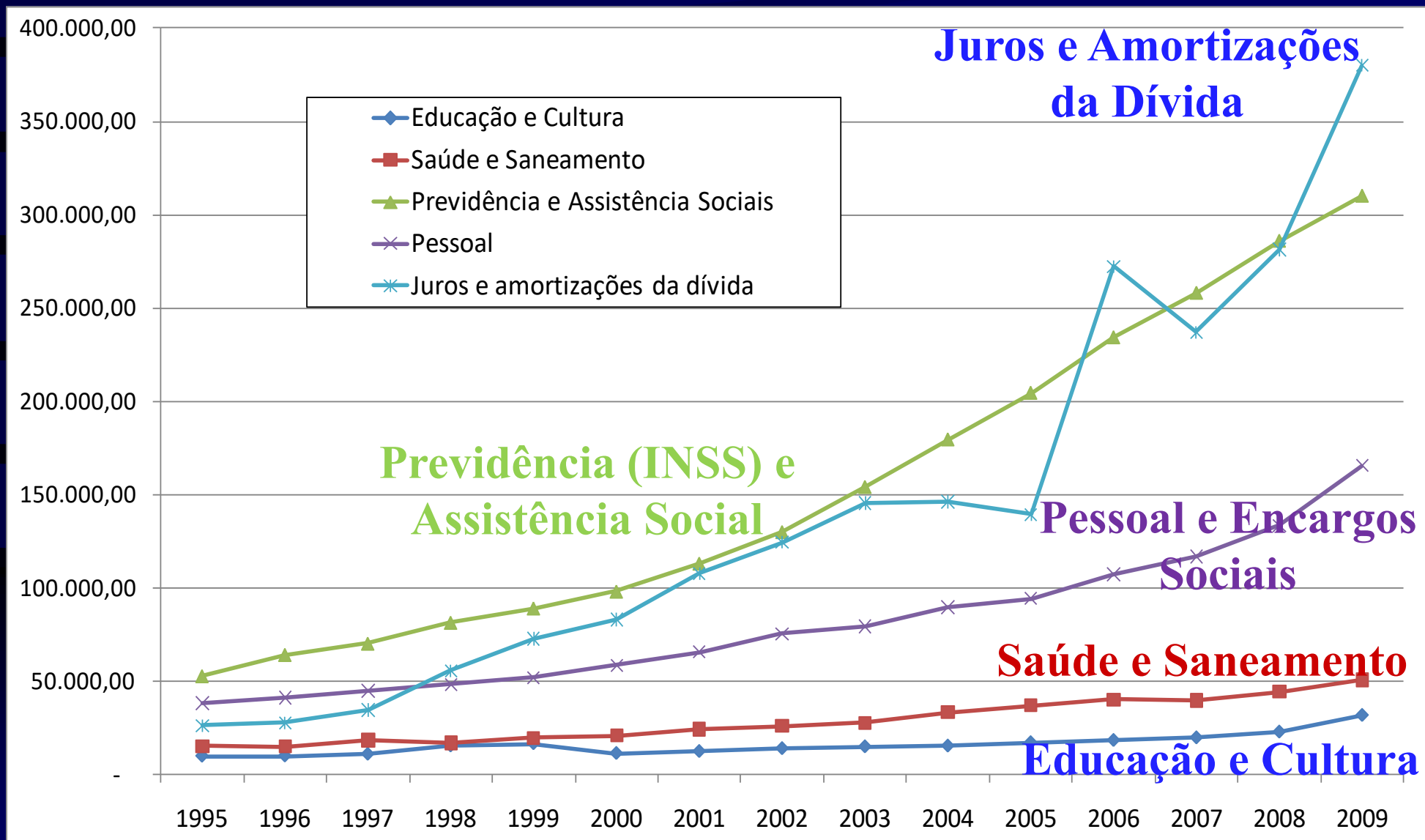
Quem é o vilão das contas públicas?

Orçamento Geral da União – 2009 – R\$ bilhões



Fonte: SIAFI. Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida. Não inclui o “refinanciamento”.

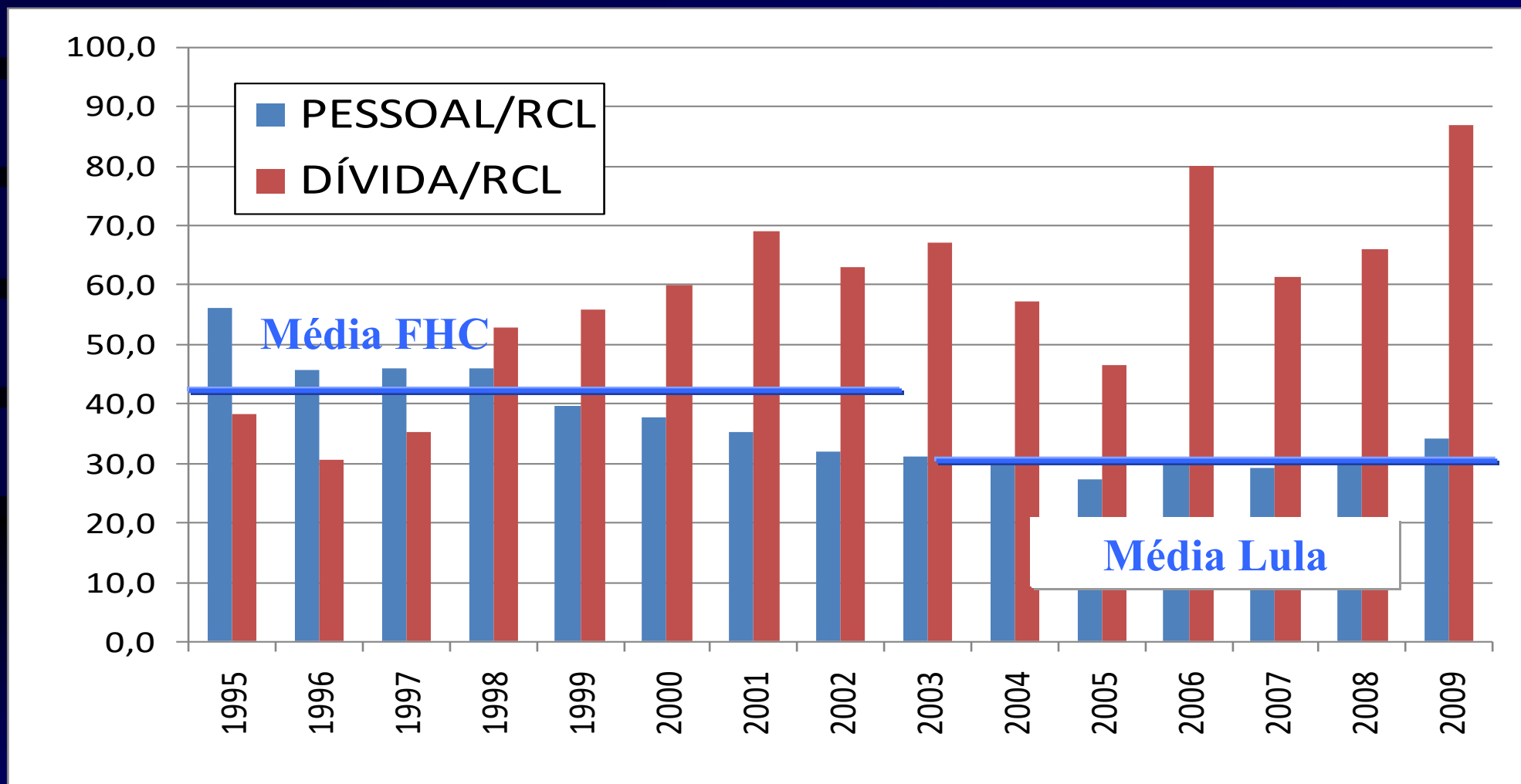
Orçamento Geral da União – Gastos Selecionados (R\$ milhões)



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - SIAFI. Não inclui a rolagem, ou “refinanciamento” da Dívida

O governo tem realmente aumentado os gastos com pessoal?

Gastos com pessoal e com a Dívida (% da Receita Corrente Líquida)

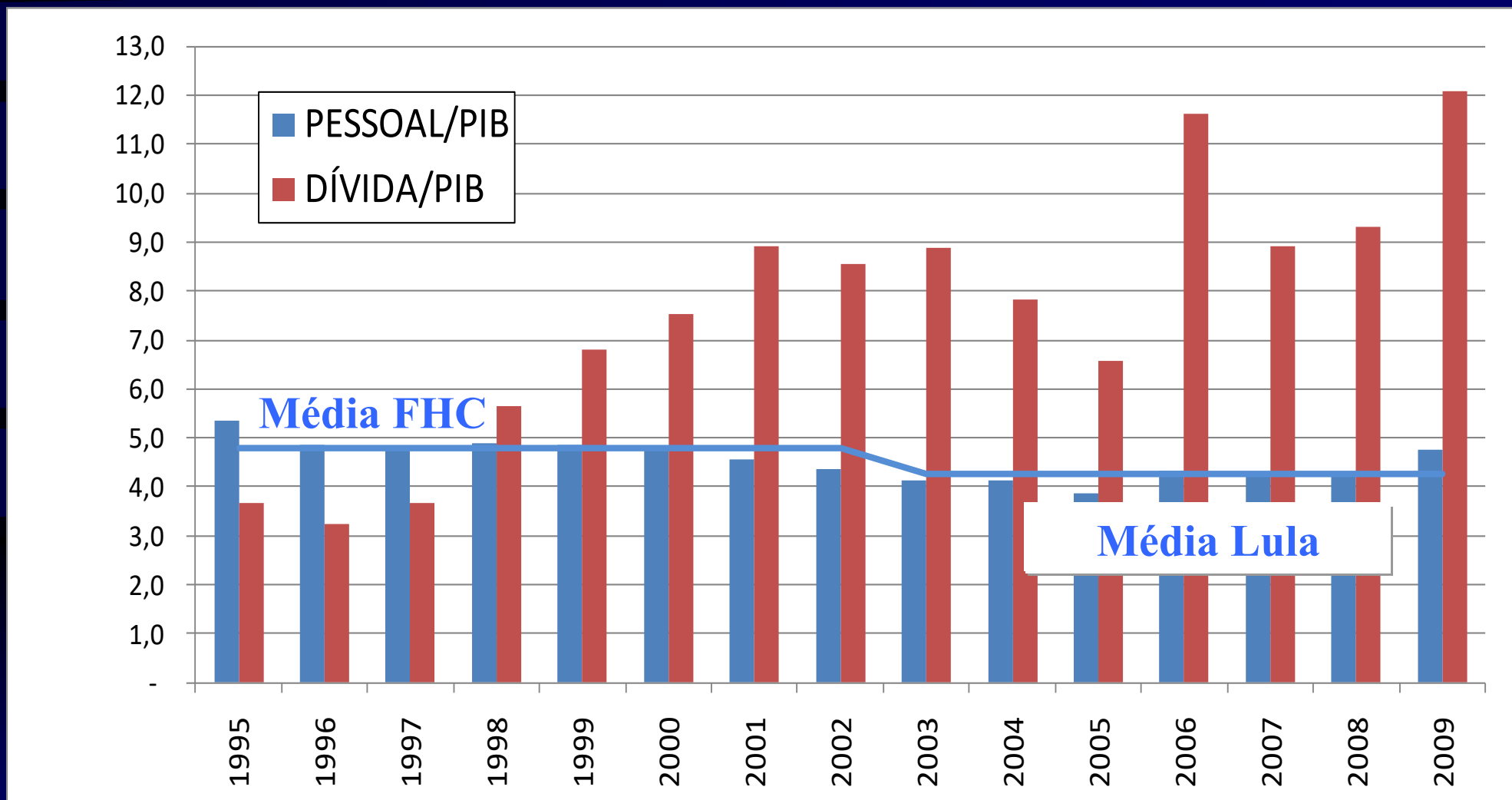


Fonte: Boletim Estatístico de Pessoal – Ministério do Planejamento

Nota: Os gastos com a dívida não incluem o refinanciamento (“rolagem”)

O governo tem realmente aumentado os gastos com pessoal?

Gastos com pessoal e com a Dívida (% do PIB)



Fonte: Boletim Estatístico de Pessoal – Ministério do Planejamento

Nota: Os gastos com a dívida não incluem o refinanciamento (“rolagem”)

NECESSIDADE DE FORTALECIMENTO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS:

Desrespeito aos Direitos Humanos no Brasil:

- ✓ Saúde Pública – Filas, falta de médicos e outros profissionais de saúde, salários baixos, falta de condições de trabalho
- ✓ Educação – Má qualidade do ensino básico; salários irrisórios para professores, apesar da sobrecarga de trabalho; falta de vagas nas Universidades
- ✓ Déficit Habitacional – 8 milhões de moradias, além de 11,2 milhões de domicílios inadequados (Fonte: Fundação João Pinheiro, 2007)
- ✓ Pobreza: 40,4 milhões de pobres (2009) – Fonte IETS – Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade - http://www.iets.org.br/article.php3?id_article=915
- ✓ Fome: 9,6 milhões de famintos (2009) - Fonte IETS – Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade - http://www.iets.org.br/article.php3?id_article=915

A DÍVIDA SOCIAL

- ✓ Analfabetismo – 20,3% da população brasileira com mais de 15 anos são analfabetos funcionais (Fonte: PNAD 2009)
- ✓ Taxa de Desemprego – 14,2% nas Regiões Metropolitanas (Fonte: DIEESE, 2009)
- ✓ Aplicando-se tal taxa à População Economicamente Ativa do país, temos no Brasil:
14,1 milhões de desempregados

A GRANDE INFÂMIA: PLP 549/2009

Congela o salário dos servidores por 10 anos

Atalho utilizado pelo governo no Senado, para fugir da mobilização dos servidores na Câmara, contra o PLP 1/2007

Aprovado pelo Senado ao final de 2009 e encaminhado à Câmara

Distribuído às Comissões de Trabalho, Administração e Serviço Público / Finanças e Tributação / Constituição e Justiça e de Cidadania – sujeito à apreciação do Plenário

Rejeitado por unanimidade pela Comissão de Trabalho, em 12/5/2010

Ainda assim, segue sua tramitação, e no momento se encontra na Comissão de Finanças e Tributação.

A Relatora, Dep. Luciana Genro (PSOL/RS), apresentou parecer contrário ao PLP 549

Governo Dilma quer aprovar o PLP 549/2009

Jornal Valor Econômico, 10/11/2010 - *Durante a conversa com Dilma, o ministro [Paulo Bernardo] defendeu que o governo retome o projeto que limita os gastos com pessoal. (...) "A Dilma quis saber se o Congresso aprova o projeto. Eu disse que o Senado já aprovou".*

O Estado de São Paulo, 10/11/2010 “*Na falta da lei, o próprio Executivo pode segurar os reajustes. O ministro observou que, depois da "recomposição" feita ao longo do governo Luiz Inácio Lula da Silva, os salários dos servidores só precisariam ter o poder de compra preservado.*”

**PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2011 JÁ
IMPLEMENTA DE FATO O PLP 549:**

Aumento de apenas 8,0% para os gastos com pessoal, que significa a inflação de 2010 mais 2,5%.

A GRANDE INFÂMIA: PLP 549/2009

Jornal “Estado de São Paulo”, 9/2/2010

“Mantega considera o projeto importante para dar ao mercado mais um sinal de austeridade fiscal e sustentabilidade das contas públicas”.

“Vamos aprovar o projeto, todo mundo quer isso”

Cândido Vaccarezza, PT/SP, Líder do governo na Câmara

A GRANDE INFÂMIA: PLP 549/2009

Art. 1º A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

“Art. 71-A. A partir do exercício financeiro de 2010 e até o término do exercício de 2019, a despesa com pessoal e encargos sociais da União, para cada Poder e órgãos referidos no art. 20, não poderá exceder, em valores absolutos, ao valor liquidado no ano anterior, corrigido pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou o que venha a substituí-lo, verificado no período de 12 (doze) meses encerrado no mês de março do ano imediatamente anterior, acrescido de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) ou da taxa de crescimento do PIB, o que for menor.”

“BODE”: CASO O PIB CAIA, COMO EM 2009, O AUMENTO DA FOLHA SERÁ ZERO

A GRANDE INFÂMIA: PLP 549/2009

Únicas exceções à limitação:

“Serão admitidos os excessos em relação ao limite disposto no caput decorrentes:

I – do impacto financeiro, nos exercícios subsequentes, das alterações de legislação efetivadas até 31 de dezembro de 2009, discriminado nos termos do art. 16, inciso I, e do art. 17, § 1º, desta Lei Complementar;

II – do impacto financeiro da substituição por servidor público concursado da mão-de-obra terceirizada existente em 31 de dezembro de 2009, desde que o montante acrescido na despesa total corresponda à redução em montante equivalente da respectiva despesa com contratação de mão-de-obra terceirizada.”

A GRANDE INFÂMIA: PLP 549/2009

O DESMONTE DO ESTADO

“Art. 71-B. A partir do exercício financeiro de 2008, a despesa com obras, instalações e projetos de construção de novas sedes, ampliações ou reformas da Administração Pública não poderá exceder, em valores absolutos, a 1/4 (um quarto) dos percentuais estabelecidos para despesas com pessoal dos órgãos referidos no art. 20 desta Lei Complementar .”

ESTADO MÍNIMO PARA O SOCIAL

ESTADO MÁXIMO PARA OS RENTISTAS

DIANTE DISSO:

- Importância de mostrar a necessidade de se ampliar os serviços públicos em um país repleto de demandas básicas por saúde, educação, assistência...
- Mostrar que o verdadeiro rombo das contas públicas é a Dívida Pública, e não os Servidores;

PARA ISSO:

AUDITORIA DA DÍVIDA

AUDITORIA DA DÍVIDA

- Prevista na Constituição Federal de 1988
- Plebiscito realizado no ano 2000, do qual participaram mais de seis milhões de pessoas.

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

Campanha Jubileu Sul

www.divida-auditoriacidada.org.br

- CPI da Dívida Pública – Passo importante, mas ainda não significa o cumprimento da Constituição .

Dívida: IMPEDE A VIDA DIGNA e o atendimento aos DIREITOS HUMANOS

- De onde veio toda essa dívida pública?
- Quanto tomamos emprestado e quanto já pagamos?
 - O que realmente devemos?
- Quem contraiu tantos empréstimos?
- Onde foram aplicados os recursos?
- Quem se beneficiou desse endividamento?
- Qual a responsabilidade dos credores e organismos internacionais nesse processo?

Somente uma AUDITORIA poderia responder a essas questões, dentre tantas outras.

AUDITORIA DA DÍVIDA: UMA REALIDADE NA AMÉRICA LATINA

- **2007: Criação da Comissão para a Auditoria Integral da Dívida (CAIC)**
- **Out e Nov/2008: Equador anuncia moratória dos bônus 2012 e 2030 e remete Relatório da CAIC para análises jurídicas nacionais e internacionais**
- **Nov/ 2008: Bolívia, Venezuela e Paraguai anunciaram a intenção de realizar auditorias da dívida**
- **Nov/2008: Seminário Internacional e Audiência Pública no Congresso Nacional em Brasília para divulgar resultados da CAIC**
- **08/12/2008: Criação da CPI da Dívida na Câmara dos Deputados**

RESULTADO DA CAIC - EQUADOR

DECISÃO DO GOVERNO EQUATORIANO (JUN/2009)

**Proposta Soberana de reconhecimento de no máximo 30% da
dívida externa representada pelos Bônus 2012 e 2030**

**95 % dos detentores aceitaram a proposta equatoriana, o que
significou anulação de 70% dessa dívida com os bancos
privados internacionais**

Economia de US\$ 7 bilhões nos próximos 20 anos

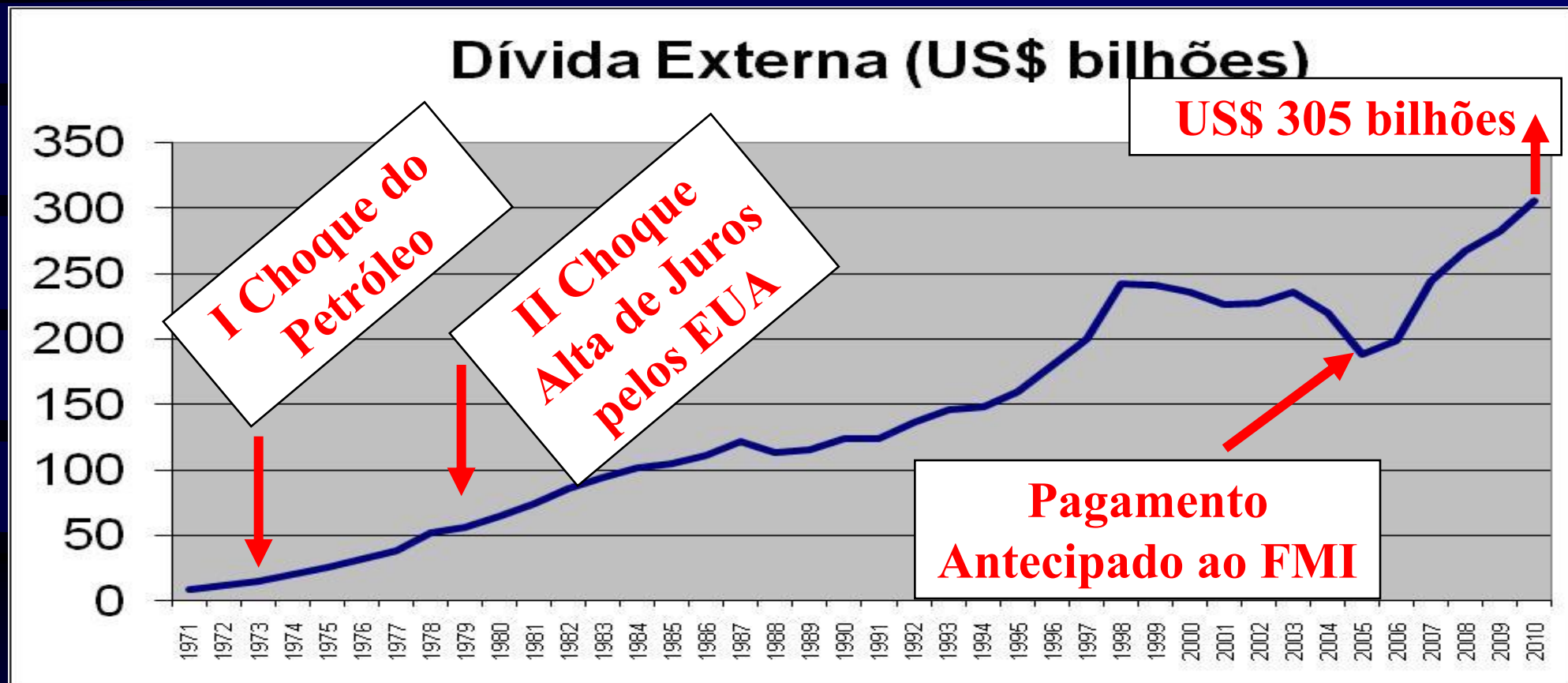
CPI DA DÍVIDA – CÂMARA DOS DEPUTADOS

- Criada em Dez/2008 e Instalada em Ago/2009, por iniciativa do Dep. Ivan Valente (PSOL/SP)
- Concluída em 11 de maio de 2010
- Identificação de graves indícios de ilegalidade da dívida pública
- Momento atual: investigações do Ministério Público

PARTICIPAÇÃO DAS ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL, QUE EXIGIRAM DOS PARLAMENTARES A COMPLETA INVESTIGAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA E A AUDITORIA PREVISTA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

AS DESCOBERTAS DA CPI DA DÍVIDA

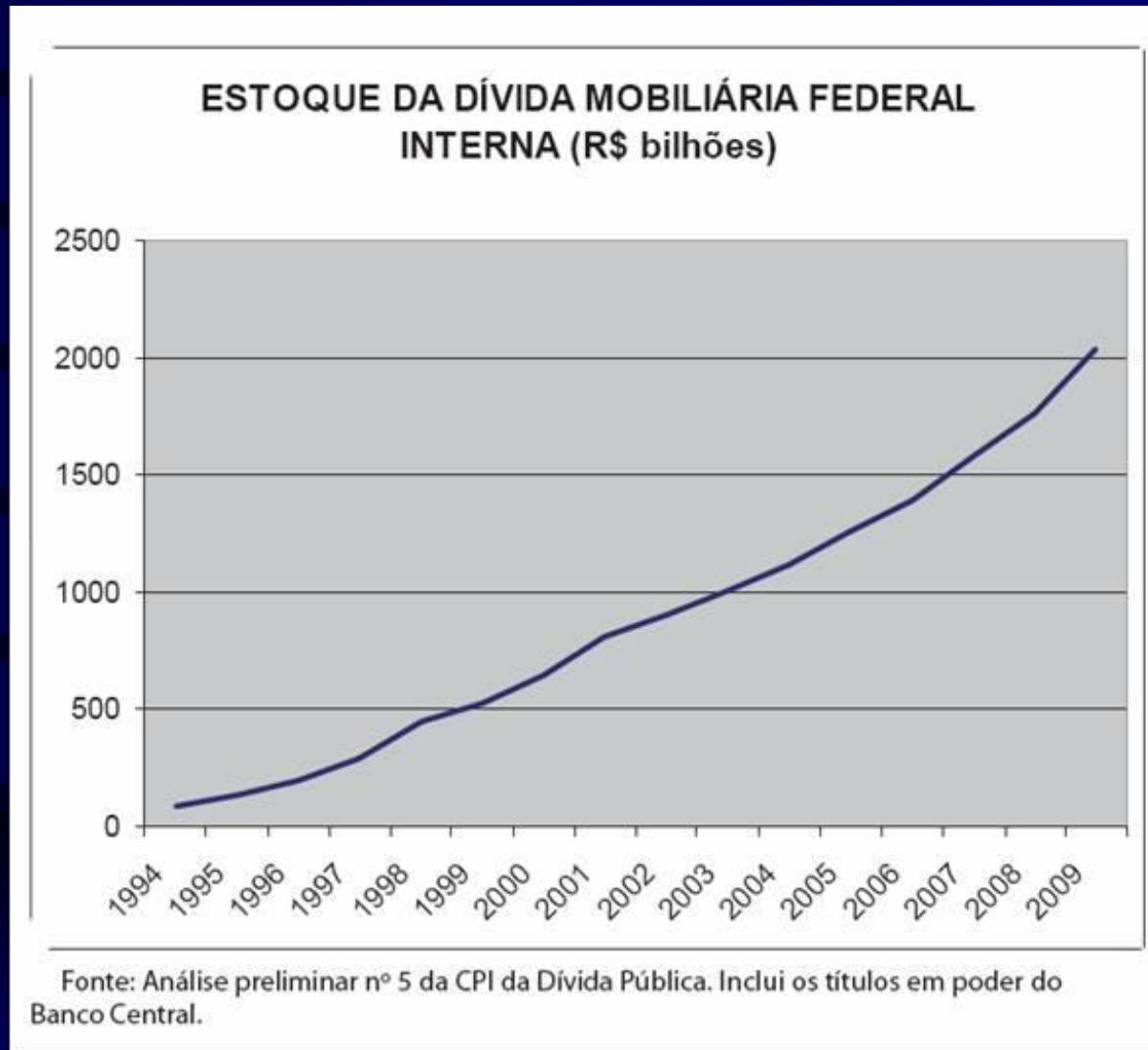
A Dívida Externa ultrapassou a barreira histórica dos US\$ 300 bilhões



Fonte: Banco Central

Indícios de ilegalidade: Alta unilateral das taxas de juros pelos EUA –
Violação ao art. 62 da Convenção de Viena

A EXPLOÇÃO DA DÍVIDA “INTERNA”



Indícios de ilegalidade: juros sobre juros, ou “anatocismo”, já considerado ILEGAL pelo STF

A DÍVIDA NÃO ACABOU

- O acúmulo de Reservas Cambiais (apontado como grande conquista do país, que seria “credor externo”) tem sido obtido às custas de aumento acelerado da Dívida “Interna”.
- Brasil: paga juros altíssimos na dívida interna (SELIC ou acima desta) e recebe juros negativos pelas reservas
- Governo alega que as reservas foram importantes para combater a crise: AUSÊNCIA DA DISCUSSÃO SOBRE CONTROLE DO FLUXO DE CAPITAIS

MEGA-PREJUÍZO DO BC EM 2009: R\$ 147 BILHÕES

Acúmulo de Reservas = Explosão da Dívida Interna (R\$ bilhões)



Fonte: Banco Central. Nota: As reservas foram convertidas para Real à taxa de câmbio de R\$ 1,80.

PREJUÍZO do BC: R\$ 147 bilhões em 2009

Fonte: Banco Central

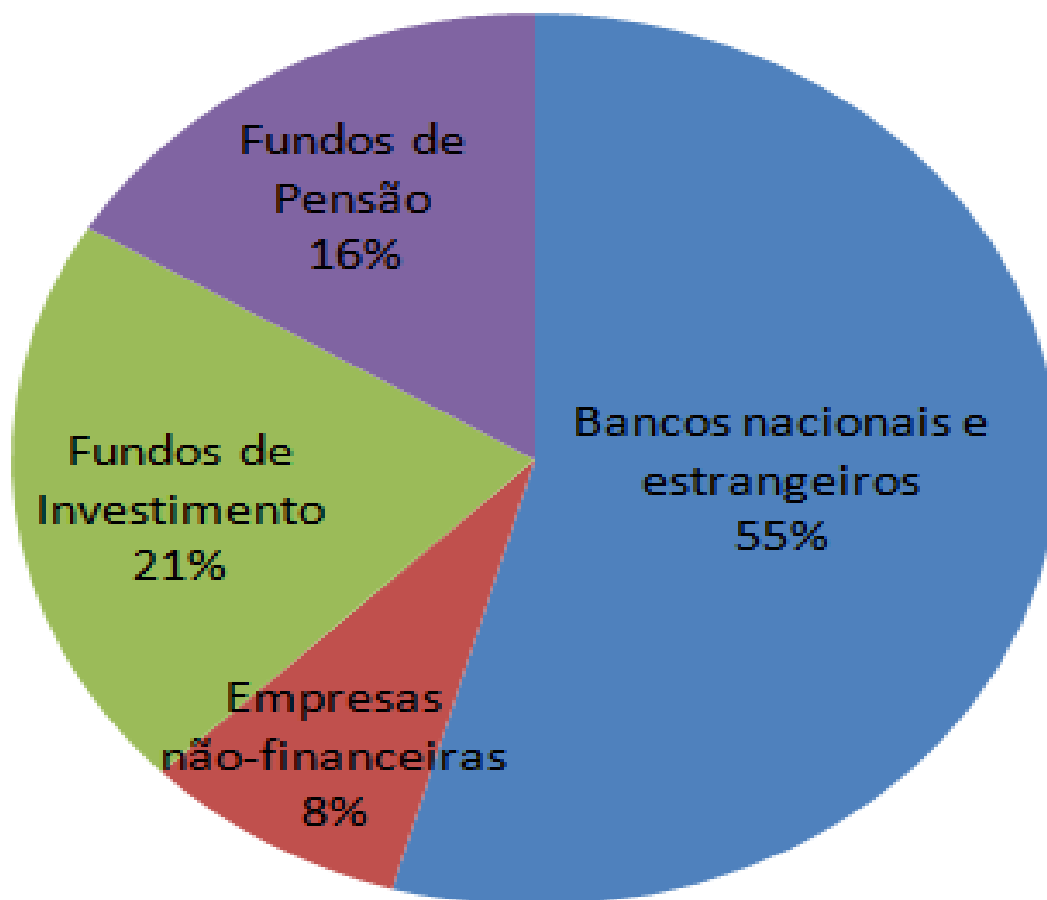
Indícios de ilegalidade: Artigo 34 da Lei de Responsabilidade Fiscal proibiu o BC de emitir títulos e o art. 2º da MP 435/2008 permitiu a emissão de títulos pelo Tesouro para entrega ao Banco Central

BRASIL FINANCIA O FMI E OS EUA:

- Banco Central aplica os dólares principalmente em Títulos do Tesouro dos EUA, ou no FMI**
- Os EUA se utilizam destes dólares para salvar bancos falidos, ou para financiar seus exércitos no mundo inteiro.**
- Brasil contribui para os pacotes do FMI para “salvar” países Europeus.**
- Na realidade, os bancos é que estão sendo salvos, às custas de mais reformas neoliberais, que depois serão apontadas como exemplos para o Brasil.**

Credores da Dívida Interna

Credores da Dívida Interna - Abr/ 2010



Nota 1: A rubrica “Fundos de Pensão” inclui recursos desses Fundos que se encontram aplicados em Fundos de Investimento de Renda Fixa.

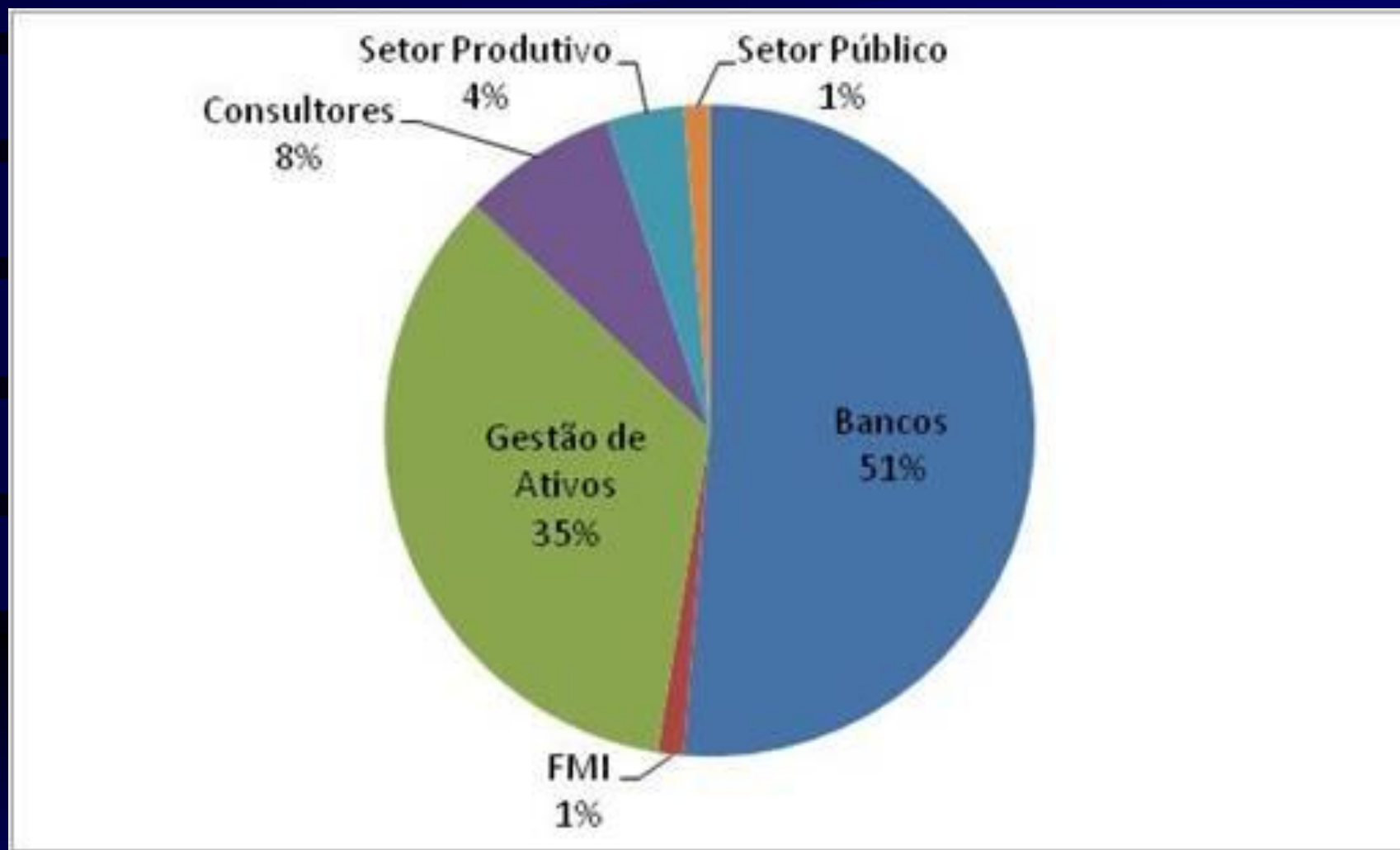
Nota 2: A rubrica “Bancos Nacionais e Estrangeiros” inclui os Títulos Vinculados (que representam principalmente o depósito, junto ao BC, pelas instituições financeiras, de títulos públicos como garantia de operações em Bolsa de Valores) e as “Operações de Mercado Aberto” (que significam a retirada de moeda de circulação mediante entrega às instituições financeiras dos títulos públicos em poder do Banco Central).

Fonte: Banco Central (abril/2010) e Secretaria de Previdência

Complementar (Estatística Mensal– Dez/2009)

COMO SÃO DEFINIDAS AS TAXAS DE JUROS???

Convidados à 36ª Reunião do Banco Central com analistas independentes



Fonte: Ofício 969.1/2009-BCB/Diret, de 25/11/2009 (nomes dos convidados) e pesquisas na internet (cargos).

Indícios de ilegalidade: CONFLITO DE INTERESSES: os que participam do processo de decisão sobre a taxa de juros se beneficiam de altas taxas de juros

Relatório Final – CPI da Dívida – Maio de 2010

Reconhece diversas ilegalidades da dívida, denunciadas pela Auditoria Cidadã da Dívida

- Juros elevadíssimos (taxas não-civilizadas, como denominou o Relator da CPI) foram o fator mais importante para o crescimento da dívida, inclusive dos estados e municípios;**
- Dívida Interna cresceu nos últimos anos para financiar a compra de dólares das reservas internacionais, com grande custo para as contas públicas;**
- Senado Federal renunciou à sua competência, pois permitiu emissões de títulos da dívida externa sem especificar suas características (CAC);**
- Falta de informações, ausência de documentos e falta de transparência**

Relatório Final – CPI da Dívida – Maio de 2010

- Apesar do grave diagnóstico, o Relatório Final diz não ter encontrado irregularidades no endividamento, não recomenda a auditoria da dívida e não recomenda acionar o Ministério Público
- Resultado de “ACORDÃO” entre a Base do Governo e a Velha Direita (PSDB e DEM)
- Porém, a pressão da sociedade fez com que somente 1/3 dos 24 membros da CPI votassem a favor do “Relatório-Pizza”.

“RELATÓRIO PIZZA” 8 X 5 VOTO EM SEPARADO

Poder Econômico

Sociedade Civil

Base do Governo

Apoiado também por 8

Velha Direita

parlamentares

VOTARAM A FAVOR DO RELATÓRIO – PIZZA:

DENUNCIEM OS QUE NÃO QUEREM SABER A VERDADE SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA QUE SÓ TEM FAVORECIDO AOS BANQUEIROS E SACRIFICADO A SOCIEDADE, QUE PAGA CARO POR UMA DÍVIDA QUE SUBTRAI INÚMEROS DIREITOS SOCIAIS



Virgílio Guimarães
PT/MG (Gab. 275-III)



Jô Moraes
PCdoB/MG (Gab. 322-IV)



Márcio Reinaldo
Moreira
PP/MG (Gab. 819-IV)



Nelson Meurer
PP/PR (Gab. 916-IV)



Pedro Novais
PMDB/MA (Gab. 813-IV)



Alfredo Kaefer
PSDB/PR (Gab. 818-IV)



Manoel Junior
PMDB/PB (Gab. 601-IV)



José Rocha
PR/BA (Gab. 908-IV)

Voto em Separado - CPI

Encaminhado ao Ministério Público (para elaboração de ações jurídicas)

Denuncia graves indícios de ilegalidades da dívida:

- Juros sobre Juros (Anatocismo), ilegal segundo o STF;**
- Juros flutuantes na dívida externa – ilegais segundo a Convenção de Viena**
- Ausência de contratos e documentos; ausência de conciliação de cifras; cláusulas ilegítimas;**
- Ilegalidade do livre fluxo de capitais, que deu origem à dívida interna;**
- A grande destinação dos recursos orçamentários para o pagamento da dívida viola os direitos humanos e sociais;**
- O Banco Central faz reuniões com os bancos e outros rentistas para definir as previsões de inflação, que definem as taxas de juros**

RECOMENDAÇÃO: AUDITORIA DA DÍVIDA

**VEJAM QUEM ASSINOU O VOTO EM SEPARADO (RELATÓRIO ALTERNATIVO) DO
DEPUTADO IVAN VALENTE (PSOL/SP) E DAS ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL, QUE EXIGE
AUDITORIA DA DÍVIDA E O APROFUNDAMENTO DAS INVESTIGAÇÕES PARA APURAÇÃO
DE RESPONSABILIDADE E REPARAÇÃO DOS DANOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO**



Ivan Valente
PSOL/SP (Gab.
716-IV)



Paulo Rubem
Santiago
PDT/PE (Gab. 229-
IV)



Hugo Leal
PSC/RJ (Gab. 631-
IV)



Cleber Verde
PRB/MA (Gab.
581-III)



Julião Amin
PDT/MA (Gab.
550-IV)



Ernandes Amorim
PTB/RO (Gab. 318-
IV)



Carlos Alberto
Canuto
PSC/AL (Gab. 301-
IV)



Pedro Fernandes
PTB/MA (Gab.
814-IV)

CONCLUSÃO

➤ Dívida Pública como CENTRO DA
POLÍTICA ECONÔMICA e das
INJUSTIÇAS SOCIAIS

➤ **NECESSIDADE DE MOBILIZAÇÃO**

- AUDITORIA da DÍVIDA, aprofundando as investigações dos graves indícios da CPI
- RESPEITO AOS DIREITOS HUMANOS
- JUSTIÇA FISCAL & SOCIAL

www.divida-auditoriacidada.org.br